



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

05/02/2018

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	1
1.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	2
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. SERVIDOR PÚBLICO.....	3
2.2. VARA CRIMINAL.....	4
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. PRESIDÊNCIA.....	5 - 8
3.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	9
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. ASSESSORIA.....	10 - 11
4.2. DESEMBARGADOR.....	12
4.3. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	13

Identidade e passaportes

Já é possível aos cartórios brasileiros dar início ao processo para que emitam carteira de identidade e passaportes para cidadãos brasileiros.

A prestação desse serviço requer, no caso da emissão de registro de identidade, que a associação local dos cartórios formalize convênio com a Secretaria de Segurança Pública.

Já o convênio para a emissão de passaportes terá de ser firmado entre a Polícia Federal e a associação nacional dos cartórios de registro natural.

Identidade e passaportes 2

A medida administrativa que possibilita os cartórios a prestarem também esse serviço foi anunciada no dia 26 de janeiro pelo Conselho Nacional de Justiça.

Nas duas situações os acordos deverão passar por análise e homologação do Poder Judiciário.

No caso dos convênios locais caberá às corregedorias dos tribunais estaduais.

Quanto aos convênios para a emissão de passaporte, eles terão de passar pela Corregedoria Nacional de Justiça, a quem caberá avaliar as viabilidades jurídica, técnica e financeira.

Recadastramento de servidores da Câmara de São Luís começa hoje

Durante todo o mês de fevereiro e também no início de março deste ano, funcionários da Casa precisarão apresentar documentos para se recadastrar; ação faz parte de acordo entre a Câmara e o Judiciário

Terá início hoje e se estenderá até o dia 6 de março, o recadastramento dos servidores da Câmara Municipal de São Luís, de acordo com o que foi anunciado pelo presidente da Casa, Astro de Ogum (PR).

O recadastramento decorre de um acordo firmado com o juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da capital, Douglas de Melo Martins, que estabeleceu ainda a instalação de ponto eletrônico e adequação do Portal da Transparência.

A decisão assinada pelo magistrado homologou acordo firmado em Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Estadual (MP) e o município de São Luís.

Calendário

Os servidores não estáveis terão o prazo de 5 a 9 de fevereiro para serem recadastrados e deverão apresentar os seguintes documentos em original e cópia: CPF, PIS/PASEP, comprovante de residência, termo de posse e de lotação e comprovante de escolaridade.

Os funcionários estáveis serão recadastrados entre os dias 15 e



Divulgação

Astro de Ogum determinou o recadastramento dos servidores da Casa

19 deste mês e terão de apresentar em original e cópia do CPF, PIS/PASEP, comprovante de residência, termo de posse e de lotação e comprovante de escolaridade.

Para os aposentados e pensionistas, o recadastramento será de 20 a 23 deste mês e eles terão de

apresentar, também em original e cópia do CPF, títulos de proventos, comprovante de residência, PIS/PASEP/NIT. Já os pensionistas deverão exibir a certidão de óbito do servidor que deu origem à pensão.

Os enquadrados na categoria ISO/Comissionados serão reca-

dastrados entre os dias 26 a 28 deste mês, também apresentando documentação como portaria de nomeação, lotação, comprovante de residência e CPF. Enquanto os enquadrados na Verba de Gabinete terão os dias 1º até 6 de março para o recadastramento, com a mesma documentação.

O recadastramento acontecerá entre 8h30 às 12h30, no anexo da

Até o início de março, Câmara fará recadastramento

Câmara Municipal. O diretor geral da Câmara Municipal, Itamilson Correa Lima, disse que essa medida visa adequar distorções e dinamizar os trabalhos do Legislativo Municipal.

“O presidente Astro de Ogum sempre se preocupou em estabelecer metas que possibilitem direcionar a Câmara a um sistema de modernização em suas ações. O recadastramento se faz necessário, até porque reordena todo o trabalho de recursos humanos”, asseverou. ●

EmFoco

Reajuste



O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) antecipou para o dia 9 deste mês o pagamento do percentual de 5% referente ao retroativo do reajuste salarial relativo ao mês de dezembro de 2017, cuja inclusão não ocorreu em janeiro em decorrência do tempo exíguo para replanejamento e inclusão na folha de pagamento daquele mês.

O retroativo deveria ser incluído na folha de pagamento do mês de fevereiro, mas o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, determinou sua antecipação para o dia 9 deste mês.

“No labor diário, os servidores têm demonstrado compromisso com o Poder Judiciário no desenvolvimento de suas atribuições profissionais. Reconhecendo a dedicação e empenho do nosso corpo funcional, fizemos um esforço e determinamos a antecipação do pagamento do retroativo”, explicou o presidente do TJMA.

A nova tabela de vencimentos com o reajuste foi implantada, no âmbito do Poder Judiciário, logo após a publicação da Lei nº 10.772, de 29 de dezembro de 2017. O reajuste foi aprovado na Assembleia Legislativa do Maranhão, no dia 21 de dezembro de 2017.

A aprovação teve o reforço do presidente da Corte, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, que foi pessoalmente à Assembleia Legislativa conversar com o presidente da Casa e parlamentares estaduais, pedindo agilidade na votação e aprovação da matéria à época.

Júri popular

O 4º Tribunal do Júri de São Luís julga, nesta segunda-feira (05), Wytamar Costa da Silva, acusado da morte do prefeito de Buriti Bravo (MA), João Henrique Borges Leocádio, ocorrida no dia 10 de março de 2005, naquele município. Os outros dois denunciados - Wellington de Jesus Fonseca Coelho e Antônio Marcos Alves da Costa - já faleceram e tiveram extinta a punibilidade em razão do falecimento. O julgamento está marcado para começar às 8h30 no salão de sessões, localizado no primeiro andar do Fórum Des. Sarmey Costa (Calhau), e será presidido pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior.



Com foco na eleição, deputados voltam ao trabalho, sob nova diretoria

POLÍTICA



Com mudanças na Mesa Diretora e na composição do plenário, Assembleia Legislativa realiza Sessão Solene hoje à tarde. Cerimônia está marcada para começar às 16h

PAULO DE TARSO JR.

Após 44 dias de recesso parlamentar, os trabalhos do Poder Legislativo serão reabertos hoje à tarde. E em seu retorno às atividades, a Assembleia Legislativa do Maranhão volta com uma composição diferente após a morte do ex-presidente, deputado estadual Humberto Coutinho (PDT), ocorrida no início do ano. A principal alteração na composição da Mesa Diretora é a ascensão do deputado Othelino Neto (PCdoB), que assumiu a presidência de forma definitiva.

A efetivação de Othelino Neto resultou em outras mudanças na Mesa Diretora. Três parlamentares mudaram de cargo na Mesa: o deputado Fábio Macedo (PDT) foi para o cargo de 1º vice-presidente, Josimar de Maranhãozinho (PP) ficou na 2ª vice e Adriano Sarney (PV) na 3ª vice, por ordem de sucessão natural, deixando em aberta a 4ª vice-presidência.

A eleição para definir qual deputado irá assumir a 4ª vice-presidência deve movimentar os primeiros dias da Assembleia em fevereiro. Nos bastidores, o nome do deputado Levi Pontes (PCdoB) surge como um dos favoritos a vencer a eleição.

Mas as mudanças neste retorno do Legislativo não se resumem apenas à Mesa Diretora. Com o falecimento de Humberto Coutinho, a configuração do plenário foi alterada. O deputado Rafael Leitoa (PDT), que era suplente do deputado Neto Evangelista (PSDB) – licenciado para assumir a Secretaria de Desenvolvimento Social no governo de Flávio Dino (PCdoB) – passou a ser titular.

Por estar licenciado, Neto Evangelista deixou sua cadeira na Assembleia vaga para o suplente Fernando Furtado (PCdoB), que retorna à Casa.

Sessão solene

A Assembleia Legislativa do Maranhão realiza, hoje, no Plenário Nagib Hackel, a Sessão Solene de abertura dos trabalhos referentes à 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. O início da cerimônia está marcado para as 16h.

A abertura vai contar com o hasteamento das bandeiras do Brasil, Maranhão e São Luís e, logo após, com a chegada do presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto (PCdoB), que passará em revista às tropas da Polícia Militar. Em seguida, presidirá o desfile e a Sessão Solene que efetivamente marcará o início dos trabalhos do Poder Legislativo Estadual.

A sessão será aberta com a leitura da Mensagem Governamental pelo governador Flávio Dino, a exemplo dos anos anteriores, na qual o governo do estado presta contas do trabalho realizado e anuncia as ações a serem desenvolvidas.

A mensagem do Poder Judiciário também deverá ser entregue pelo novo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

De acordo com o artigo 3º, inciso I, do Regimento Interno, a Assembleia se reúne em Sessão Ordinária, anualmente, nos períodos de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. Cada período de quatro anos de funcionamento da Assembleia Legislativa é chamado de Legislatura, que se divide em quatro Sessões Legislativas (1ª, 2ª, 3ª e 4ª), que, por sua vez, divide-se em períodos (1º e 2º).

Roteiro

- 16h** – Hasteamento das bandeiras
- 16h25** – Chegada do presidente
- 16h30** – Revista e desfile da tropa
- 17h** – Sessão solene

PDT "ganha" mais um deputado



PAULO DE TARSO JR.

O PDT voltará a ter cinco deputados estaduais a partir de hoje. Em decorrência do falecimento do deputado Humberto Coutinho (PDT), a legenda havia perdido um parlamentar no Legislativo. No entanto, o partido anunciou a filiação do deputado estadual Ricardo Rios, que estava no Solidarietà. Com a chegada de Rios, o PDT voltará a ter cinco representantes na Assembleia.

De acordo com a assessoria do partido, a filiação de Ricardo Rios ocorrerá

hoje à noite. O ato de filiação deve reunir militantes e simpatizantes do PDT, às 20h, no auditório "Jean Norberto", na sede da agremiação.

Administrador de empresas por formação, Ricardo Rios concorreu em 2014 a uma vaga na Assembleia Legislativa pelo PEN, elegendando-se com votos 38.575 obtidos em 174 municípios. Seu último partido foi o Solidarietà.

A partir de agora, o PDT tem os seguintes deputados estaduais: Rafael Leitoa, Fábio Macedo, Valéria Macedo, Glalbert Cutrim e Ricardo Rios.



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico S.R.P. nº 09/2018
Processo nº 53.666/2017

Objeto: Registro de Preços para aquisição de escadas; **Abertura:** 21/02/2018 às 10:00h (horário de Brasília);
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br; **Fone:** (98) 3261-6181.
São Luís/MA, 02 de fevereiro de 2018.

Thiago Chung de Farias - Pregoeiro do TJMA.



Cultura transgressora

O brasileiro ainda não incorporou por completo o conceito de civilização e o problema da transgressão às leis – por razões históricas – se agrava cada vez mais no país.

Essa realidade se deve à complicada trajetória do Brasil, marcada pela tutela, controle, analfabetismo e pobreza, onde a maioria da sociedade não foi chamada a participar da elaboração das leis e da construção das instituições nacionais.

A relação de estranheza entre a sociedade e o Estado brasileiro vem construindo, ao longo dos anos, uma cultura transgressora, incapaz de pactuar caminhos com o desrespeito às regras de convivência social. Isso faz com que os interesses individuais ou de grupos se sobreponham ao do conjunto da sociedade, sendo a transgressão às leis um reflexo dessa herança maldita. Até 1808, ano da chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, o Brasil era uma Colônia atrasada, ignorante e proibida, em que 98% dos habitantes eram analfabetos.

Não havia ensino superior e imprensa. A circulação de livros era censurada e o direito de reunião para discutir ideias era proibido. De cada três brasileiros, um era escravo. O comércio era feito à base de escambo. Havia poucas moedas em circulação.

A herança de exclusão se perpetuou depois da Independência. A nossa primeira Constituição (1824) foi outorgada, ou seja, imposta de cima para baixo. Durante o período monárquico, um pequeno ilustrado tentava conduzir os destinos de todo o resto constituído por uma enorme massa de analfabetos e destituídos.

Na República, o fenômeno se repete em inúmeros golpes, quarteladas e ditaduras, em que novamente alguns grupos mais privilegiados tentam tutelar todos os demais. A nossa história recente de democracia e participação mostra isso claramente com a atuação de nossas casas legislativas, que fazem leis sem que as pessoas nelas se reconheçam ou participem efetivamente da sua construção.

Não adianta elaborar legislações inaplicáveis à realidade nacional ou aprovar leis de elevado custo de aplicação sem providenciar, na mesma legislação, os meios para executá-la.

As normas produzidas no país, em sua maioria, não fazem sentido lógico, não respeitam costumes e tampouco princípios básicos de interação, como a igualdade perante a lei.

São entulhos legislativos que geram burocracia e conflitos jurídicos, criando um estado permanente de insegurança jurídica.

Nosso Parlamento legisla sobre tudo sem preocupação com as consequências, criando entraves com normas que não coadunam com os tempos modernos. No Brasil, as leis são criadas via decisão política para parlamentares atestarem seus compromissos com certos valores e interesses.

Burocracia

Impostos e burocracia excessiva são quase sinônimos no Brasil, que tem um apetite insaciável para criação de regras, quase sempre sem nenhum critério. A imensidão legislativa é danosa. Há muitas lacunas e falta objetividade. O cipoal de leis, códigos e normas eleva custos com a burocracia, aumenta as disputas judiciais e deixa o brasileiro cada vez mais confuso. É lamentável que o Legislativo esteja mais preocupado com a quantidade do que com a qualidade das leis.

Normas

A cada dia útil são editadas no Brasil 46 normas tributárias nos três níveis de administração, sendo os municípios responsáveis por quase 60% desse volume. Por ano, pessoas e empresas passam a conviver com 12 mil novas leis sobre impostos. Grande parte dessa regulamentação, contudo, acaba sendo revogada ao longo do tempo.

Crime

A superlotação do sistema prisional é um problema que se arrasta há décadas no Brasil, cresce cada vez mais e não tem perspectiva de solução a curto prazo com os atuais recursos materiais e legais colocados à disposição dos gestores públicos. As casas prisionais acabaram se tornando depósitos de gente e fábricas do crime.

Impostos

A burocracia excessiva, deficiências de infraestrutura e impostos elevados impedem que o país se integre a cadeias globais de produção. Não é segredo que o Brasil está entre os piores países do mundo quando o assunto é custo, burocracia ou infraestrutura. Jamais ele será competitivo se não se integrar ao mundo.

Analfabetismo

Já houve muitos avanços no país com os programas de alfabetização, mas ainda há muita coisa a ser feita para reduzir essa desigualdade. Cerca de 13 milhões de brasileiros acima dos 15 anos de idade ainda são analfabetos, de acordo com dados do IBGE. O índice de analfabetismo no país cresceu e revelou que a maior taxa de pessoas que não sabem ler e escrever está concentrada na população mais velha, a partir dos 50 anos.

Tecnologia

Na era do processo eletrônico, os profissionais da área jurídica terão que trabalhar adotando a tecnologia de informação avançada, uma vez que o tempo não estará mais a seu favor. A especialidade agora não é só interpretar a lei, mas agir rápido utilizando os meios tecnológicos para obter bons resultados.



O padre Heitor Moraes e o desembargador Jorge Rachid na 6ª feijoada beneficente do JB, realizada no Lítiro (Praça João Lisboa). A renda será em benefício das obras da paróquia de São João Batista

Cartórios do país poderão emitir RG e passaportes

Já é possível aos cartórios brasileiros dar início ao processo para que emitam carteira de identidade e passaportes para cidadãos brasileiros. A prestação desse serviço requer, no caso da emissão de registro de identidade (RG), que a associação local dos cartórios formalize convênio com a Secretaria de Segurança Pública do estado. Já o convênio para a emissão de passaportes terá de ser firmado entre a Polícia Federal e a associação nacional dos cartórios de registro natural. A medida administrativa que possibilita os cartórios a prestarem também este serviço foi anunciada no dia 26 de janeiro pelo Conselho Nacional

de Justiça (CNJ). Nas duas situações os acordos deverão passar por análise e homologação do Poder Judiciário. No caso dos convênios locais caberá às corregedorias dos tribunais estaduais.

Quanto aos convênios para a emissão de passaporte, eles terão de passar pela Corregedoria Nacional de Justiça, a quem caberá avaliar as viabilidades jurídica, técnica e financeira. Por meio de nota, o juiz auxiliar da corregedoria Marcio Evangelista disse que a medida não afetará a confiabilidade do passaporte brasileiro.

“A Polícia Federal continuará responsável por emitir o passaporte. O convênio só permitirá o compartilhamento do cadastro de informações dos cidadãos brasileiros com os cartórios, que apenas colherão as digitais e confirmarão para a Polícia Federal a identidade de quem solicitar o documento”. Por meio de convênio será também possível a autorização para a renovação dos passaportes, pelos cartórios de registro civil. Para ter acesso a esse serviço, no entanto, será necessário o pagamento de uma taxa extra.